



**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, servidores e servidoras aposentados de Mato Grosso do Sul. Vejo aqui a professora Auxiliadora amiga de muito tempo, lona, querida companheira e demais servidores e servidoras. *“Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Oito da Trigésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 40 e 594/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ofício nº 3.994/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Lidio Lopes, Pedro Kemp, João Henrique, Antonio Vaz, Coronel David, Pedrossian Neto, Caravina, Paulo Duarte, Lia Nogueira, Zé Teixeira, Junior Mochi, Lucas de Lima e Paulo Corrêa. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Londres Machado, Renato Câmara e Zeca do PT. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 12/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 11/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 69/2024, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares do pastor Ido dos Santos Ximenes; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Leonardo Luís Mense Rodrigues; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçadas à Delegacia de Polícia Civil de Sidrolândia, em nome da delegada Cynthia Karoline Bezerra Gomes Tapias, do perito papiloscopista Clayton Ortega, e da investigadora Hellen Carolline Pinho Rohr Vasconcelos, pela prisão e apreensão de drogas realizada no dia 23 de abril de 2024 e pelos seus esforços constantes no combate ao crime organizado e na defesa da sociedade sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos senhores Thiago da Cruz Bandeira e Fernando Lopes Neto, por se tornarem campeões na Categoria Masculina da Etapa de Campo Grande do Circuito Track e Field Open de Beach Tennis, que ocorreu entre os dias 19 a 21 de abril de 2024, nesta*



capital; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando o uso da tribuna desta Casa de Leis, durante a Sessão Ordinária do dia 7 de maio de 2024 (terça-feira), para pronunciamento do senhor João Paulo Pinheiro Bueno, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara no dia 24 de junho, das 8h às 17h30min, para a realização do Seminário Sul-Mato-Grossense Orfandade e Direitos; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 26 de junho de 2024, das 13h30 às 17h30, para a realização do 9º Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 27 de novembro de 2024, das 19h às 21h, para a realização da Sessão Solene de entrega da Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Legislativo Engenheiro José Francisco de Lima em comemoração aos quarenta e cinco anos do Crea/MS. O deputado Caravina pediu vista do Requerimento de Informações, Protocolo nº 1297/2024, de autoria do deputado João Henrique. Indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Junior Mochi, Renato Câmara e Zeca do PT. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna às senhoras Anna Caroline Kalache, conselheira tutelar de Campo Grande; Viviane Vaz, coordenadora do Projeto Nova; e Zaira Brito, coordenadora do Abrigo Segunda Casa, para falarem sobre a abertura das ações do “Maio Laranja”, mês de enfrentamento e combate à violência e abuso sexual contra crianças. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, trinta de abril do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito aos senhores deputados que façam o registro de presença, os que ainda não fizeram. Em seguida, passo a palavra ao nosso primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas presentes na Sessão, antes de ler o expediente, peço licença para citar que, no próximo dia 15 de maio, conforme informação da nossa assessoria, o Lúcio vai fazer quarenta e oito anos. Ele é amigo da Casa. Levanta aí, Lúcio. Olha lá, o Lúcio! Sempre está conosco, vai fazer quarenta e oito anos, é nosso amigo e quero deixar isso registrado, senhor presidente. Ele nos pediu para registrar e faço a leitura do expediente. Expediente da Sessão Ordinária de 7 de maio de 2024: Mensagem nº 10/2024, do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “altera a redação de dispositivo da Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983, acrescenta dispositivos à Lei nº 2.387, de 26 de dezembro de 2001, e dá outras providências” (Prot. nº 01389/2024); Mensagem nº 11/2024, do Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “altera a redação e acrescenta dispositivo ao artigo 8º da Lei nº 6.170, de 20 de dezembro de 2023, nos termos que especifica” (Prot. nº 01390/2024); Mensagem nº 12/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “institui o Programa de Recuperação de Créditos, Facilitação em Renegociações de Dívidas e Regularização da Titularidade dos Contratos Habitacionais – Novo Morar Legal, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências” (Prot. nº 01391/2024); Mensagem nº 13/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que “dispõe sobre a integralidade e a paridade das aposentadorias dos integrantes da carreira da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, na forma que



específica” — quero agradecer a presença dos membros da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul presentes, hoje, com a força total do nosso governo e articulação do deputado Caravina que esteve conosco nessa articulação —; Mensagem nº 14/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei complementar que “acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica”; Ofício nº 102/2024, do Poder Executivo, encaminhando para análise e parecer desta Casa, os documentos relativos ao Fundo do Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul) (Prot. nº 01399/2024); Ofício nº 245/2024, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 263/2024); Ofício nº 285/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 354/2024); Ofício nº 594/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, encaminhando liberação de recursos financeiros (Prot. 1306/2024); Ofício nº 465/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 225/2024); Ofícios nºs 4398 e 4.588/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Zeca do PT e Coronel David (Prot. nº 702, 1143/2024); Ofícios nºs 76 e 77/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações do deputado Neno Razuk (Prot. nº 537, 535/2024); Ofício nº 1.399/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 355/2024); Carta nº 1.166/2024, da Vivo Telefonía, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 510/2024). Cartas nºs 355, 359, 366, 688, 730, 747, 927, 945, 976, 1.070 e 1.092/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Jamilson Name, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Coronel David, Antonio Vaz, Caravina e Marcio Fernandes (Prot. nºs 294, 352, 389, 448, 453, 484, 627, 602, 680, 698, 734/2024). Conforme sua solicitação, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Lido o expediente. Gostaria de cumprimentar, mais uma vez, já foi manifestado pelo deputado Pedro Kemp, a presença de aposentados, pensionistas e servidores que muito fizeram pelo Mato Grosso do Sul. Registro que esta Casa, como sempre, por meio da democracia e do bom diálogo, tem se empenhado e vai continuar se empenhando para o debate, para a busca de soluções. Em agradecimento a todo o empenho da comissão do governo do estado, daqui a pouco será manifestado pelo nosso delegado, deputado Caravina, registro a presença dos seguintes amigos: do delegado André Matsushita, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil — cadê o André? Obrigado pela presença —, do Guilherme Sanagra César, delegado do Garras; do Guilherme Sarian, delegado da Defurv; do Roberto Guimarães, delegado do Garras; e Jennifer Estevam; delegada adjunta da Terceira Delegacia de Campo Grande; do Guilherme Rocha, delegado da Defurv; do Pedro Henrique Pilar Cunha, delegado do Garras; do Bruno Henrique Urban, delegado de Crimes Ambientais e Atendimento ao Turista; do Ricardo Meirelles Bernardelli, delegado titular da Defurv; da Daniele Bueno, presidente do Sindicato dos Peritos Papiloscopistas da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; do Paulo Sá, delegado da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; do Ivan Barreto, delegado e diretor do Departamento de Polícia Especializada; do Rodrigo Guiraldelli, delegado e coordenador do Departamento de Polícia Especializada; do Alexandre Barbosa, presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul. Antes do início do Pequeno



Expediente, eu gostaria da atenção dos senhores deputados para um comunicado, especialmente aos servidores da Casa e aos nossos visitantes. A Assembleia Legislativa deu início à obra de um estacionamento que vai fazer a perfuração do solo, vamos fazer um estacionamento buscando o cuidado ambiental, verticalizando, tendo três pisos para estacionar, para não derrubarmos nenhuma árvore aqui na Assembleia. Vai causar constrangimento, porque, as pessoas deverão, nesse período de obras, estacionar os seus veículos fora do estacionamento da Assembleia. No momento, é um constrangimento, mas, é uma decisão comandada pelo deputado Paulo Corrêa, da primeira-secretaria, e importante até para o futuro do Parque dos Poderes. Que sirva de exemplo! Gostaria, com tristeza, de manifestar — eu tive a oportunidade de fazer uma manifestação já para a imprensa, e uma via redes sociais e pela Casa — sobre a tragédia que abate o Rio Grande do Sul. Temos que reconhecer que, na história da humanidade, muitas tragédias aconteceram. Já tivemos terremotos, enchentes, vulcões, tsunamis, pandemias e, em todas elas, em algum momento, a humanidade brota das pessoas e deixamos de lado nossos posicionamentos ideológicos, nossas crenças radicalizadas pelas nossas formações e passamos para a coisa mais importante que interessa. Neste momento, o Rio Grande do Sul convive com mais de cem municípios praticamente arrasados pela situação das chuvas. Não sabemos nem quantos milhares de pessoas estão desabrigadas, o número de mortos ainda está sendo verificado, podendo já ter chegado a cem. Não temos a informação oficial, mas, em nome desta Casa, quero dizer que o compromisso de Mato Grosso do Sul, dentro dos limites legais, já foi assumido, iniciado institucionalmente pelo governo do estado, enviando aeronaves, tendo um canal direto com o governador do Rio Grande do Sul para poder contribuir com o que for possível, mas, a Assembleia tem mantido esse diálogo. Sei que vários deputados, com algumas ações individuais, seja através de igreja, de ações sociais, de empresas ou individuais... Porém, gostaria de fazer um alerta. No Brasil, temos um Sistema Nacional de Assistência Social, que é o sistema que tem conhecimento da realidade de cada bairro do país e tem, também, do Rio Grande do Sul, mas, provavelmente, não sabe como é que está cada bairro, cada rua, cada casa, cada morador do Rio Grande do Sul... Do mesmo jeito que temos humanidade, muitas pessoas, a grande maioria das pessoas são do bem, mas, neste momento, surgem também especuladores, aproveitadores, pessoas que usam aquele momento, é triste falar, mas, usam o momento em que as pessoas estão sofrendo para poderem faturar financeiramente. Que tenhamos muito cuidado com doações, como fazer essas doações; devemos usar os meios oficiais e, no momento, fazer aquilo que deve ser feito. Ainda não sabemos nem o tamanho do estrago e começam a discutir se é um milhão, dez bilhões ou quanto que precisa. Só vamos saber disso quando abaixarem as águas, quando tiverem o real efeito disso em cada município, por meio de cada prefeito, de cada vereador, de cada comunidade... Então, na Assembleia Legislativa, em nome desta Casa, em nome de Mato Grosso do Sul, estaremos atentos, mantendo um relacionamento institucional, fazendo o que for possível institucionalmente e [apoiando] ações individuais, mas, alertamos para que não caiam em ciladas de pessoas que aproveitam esse momento. Vamos utilizar canais oficiais, sejam de entidades assistenciais, sejam de igrejas, sejam de organismos e até empresas que têm formas oficiais de ajudar. O momento, agora, é de fazer as nossas orações, pedir pelo Rio Grande do Sul e dar contribuição que for possível. Tenho certeza de que o Brasil vai se unir e, num gesto de humanidade, vamos dar a nossa contribuição e o Rio Grande do Sul vai ter, em Mato Grosso do Sul, um grande parceiro. Eram essas as palavras sobre

o Rio Grande do Sul. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público que nos acompanha pela Rádio e TV Assembleia. Trago uma indicação, que veio de Brasilândia, pedido das vereadoras Márcia Regina do Amaral e Maria Jovelina, a Jô, com relação à Sala Lilás que já existe em uma delegacia de polícia de Brasilândia. Solicito à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Carlos Videira, solicitando providências para efetivar ou transferir policiais do sexo feminino para desempenhar funções na Sala Lilás, junto à Delegacia de Polícia Civil do município de Brasilândia, visando oferecer atendimento mais humanizado às mulheres vítimas de violência. Esse projeto da Sala Lilás, aqui está o pessoal da Polícia Civil, depois eu vou cumprimentá-los, no Grande Expediente, vou falar sobre um projeto importante que adentrou esta Casa na data de hoje, mas, com relação à Sala Lilás, aproveitando a presença do diretor de Polícia Especializada, doutor Ivan Barrera, a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher é subordinada ao seu departamento, a importância desse pedido das vereadoras de lotar mulheres para atenderem na Sala Lilás de Brasilândia. É importante que todas as Salas Lilás, que fazem esse trabalho importante de acolhimento às vítimas de violência, mulheres, adolescentes, tenham policiais do sexo feminino atendendo. É um pedido das vereadoras que eu estou encaminhando ao secretário Carlinhos, que, com certeza, vai chegar até Vossa Excelência, para que possa atendê-lo. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, com cópia à senhora Rosana Leite de Melo, secretária municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando medidas urgentes, com intuito de reduzir a fila de espera por consultas oftalmológicas e cirurgias de catarata. Atualmente, cerca de onze mil e quinhentos pacientes aguardam por consultas oftalmológicas e quatro mil e setecentas pessoas esperam pela realização de cirurgia de catarata em Mato Grosso do Sul. De acordo com as informações que chegaram ao nosso conhecimento, existem pacientes esperando há oito anos pelo atendimento oftalmológico, que é importante para detectar problemas oculares precocemente e evitar complicações futuras. A cirurgia de catarata oferece benefícios significativos, devolvendo a qualidade de vida aos pacientes. Também quero apresentar uma moção de pesar aos amigos e familiares da professora Rosângela Cardoso, em razão do seu falecimento no dia 6 de maio, em Três Lagoas. "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, representante legítima das aspirações ideais do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova a moção de pesar aos amigos e familiares da professora Rosângela Cardoso, em razão do seu falecimento ocorrido em 6 de maio, no município de Três Lagoas. Rô Cardoso, como era carinhosamente conhecida, será eternamente lembrada pelo sorriso doce e pela sua dedicação à educação. Durante sua trajetória na educação pública, atuou tanto na rede



estadual quanto na rede municipal; além disso, Rosângela sempre esteve presente na luta sindical, participando de assembleias, mobilizações, passeatas, comissão eleitoral e, sobretudo, no grupo Mulheres que Brilham. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos amigos e familiares de Rosângela, rogando a Deus o conforto e a proteção de todos os enlutados". Meu abraço carinhoso aos familiares de Rosângela e a minha gratidão eterna por essa companheira que teve um carinho muito especial por mim e pelo meu mandato aqui na Assembleia. Por último, senhor presidente, uma moção de congratulação à professora Daniele Andressa Bassanesi, da Escola Estadual Antônio Fernandes, em Naviraí, por vencer o Prêmio Nacional Educador Transformador, promovido pelo Sebrae, Instituto Significare e Bett Brasil, para fomentar a educação empreendedora. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Peres, com cópia aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando ação conjunta para a viabilização de recursos a serem aplicados na aquisição de um caminhão para coleta de lixo e sua destinação para o município de Caracol. A solicitação foi encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar por meio da vereadora Meire Leite. A introdução de um novo caminhão de coleta de lixo permitirá à equipe responder de maneira mais eficaz e oportuna às necessidades do município. Além disso, contribuirá para a manutenção da limpeza e higiene em Caracol, promovendo, assim, um ambiente mais saudável para todos os residentes. Estamos cientes dos recursos limitados disponíveis, mas, enfatizamos importância crítica desse investimento para o bem-estar e para o desenvolvimento da cidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Saúde, Maurício Simões, e ao secretário municipal de Saúde de Dourados, Valdino Pereira de Lucena Júnior, para que seja realizado um estudo de habilidade técnica para destinação de profissionais de saúde, entre médicos e enfermeiros, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento do município de Dourados. A solicitação foi encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar por meio do senhor Everton Matias. Considerando a importância vital dos serviços de saúde para a comunidade local, especialmente em um ambiente de atendimento de emergência como a UPA, é crucial garantir que contemos com um quadro de profissionais capacitados e em números suficientes para atender às demandas crescentes da população. Nesse contexto, gostaríamos que o estudo abordasse os seguintes aspectos: 1º) levantamento de demanda atual de atendimento da UPA de Dourados; 2º) análise da capacidade atual de atendimento da UPA em termos de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos com foco na disponibilidade de médicos; 3º) projeto de crescimento populacional e suas possíveis implicações na demanda futura de serviço de saúde na região; 4º) sugestões de estratégias para otimizar alocação de profissionais de saúde, considerando a distribuição equitativa de tarefas, empreendimento de escalas de trabalho eficiente e possibilidade de

contratações adicionais, se necessário; 5º) recomendações para as melhorias na infraestrutura e nos processos de trabalho da UPA visando aprimorar a qualidade e eficiência do serviço prestado à comunidade. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Corrêa. Gostaria de solicitar, antes da fala do deputado Paulo Corrêa, que a assessoria coletasse o acordo de lideranças, porque temos o projeto de lei que muda a data da energia social, para que se possa prorrogar o cadastramento. Precisamos do acordo de lideranças para que as pessoas possam ter o benefício. Deputados Marcio, Jamilson e deputado líder do PT. Vamos fazer o acordo de lideranças.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Posso falar daqui, senhor presidente? Para apresentar uma moção de congratulação ao governador Eduardo Riedel e ao coronel Frederico Reis Pouso Salas, bem como aos nove militares do Corpo de Bombeiros designados para compor a força-tarefa de Mato Grosso do Sul na ajuda humanitária, diante do cenário de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul. Senhor presidente, gostaria de colocar sobre a mesa. É uma moção de congratulação, porque o nosso governador falou com o governador Eduardo Leite, o senhor me designou para ficar aqui enquanto Vossa Excelência estava fora. Fiz essa moção de congratulação e gostaria da assinatura de Vossa Excelência...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou assinar junto.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Da mesma forma, uma moção de congratulação para o Sérgio Longen e Eduardo Riedel, pela campanha de arrecadação da Fiems “MS pela Vida — Unidos pelo Rio Grande do Sul”. Deixo sobre a mesa. Requeiro à Mesa uma moção de congratulação para os atletas sul-mato-grossenses do elenco da Seleção Brasileira de Basquete Master, a equipe da Camila, Carolina Junqueira, Carolina Moraes Lima, Karen Renate Pinheiro Muller, Patrícia Brigoni Corrêa Meyer, pela conquista do título de Campeã da equipe 35+ A, no XII Campeonato Pan-Americano Del MaxiBasquetebol, realizado na cidade de Yucatán, no México. Senhor presidente, coloco sobre a mesa.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Somente para solicitar a Vossa Excelência para assinar essa moção de congratulação ao comandante do Corpo de Bombeiros, aos militares que estão no Rio Grande do Sul, porque também faria algo semelhante.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Se o senhor autorizar e com a sua aquiescência, acho que a Casa inteira poderia fazer isso. Eu vou pedir ao senhor presidente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Concordo.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Que transforme em moção de congratulação pela Casa, porque é uma força-tarefa, inclusive, levando o helicóptero para fazer o salvamento in loco. Então, o Corpo de Bombeiros participando ativamente e o nosso governador Eduardo Riedel designando sob expensas de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, nobre deputado Coronel David, pelo apoio. Peço que esta moção possa ser pela Casa, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos fazer pela Casa, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, queria comunicar aos membros da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Previdência, criada por Vossa Excelência, aproveitando a presença dos servidores, para convocar uma reunião. Acabei de falar com os deputados Roberto Hashioka e Pedrossian Neto, a reunião será na quinta-feira, senhor presidente, às 13h30min. Pediria que a comissão indicasse o nome dos quatro membros e os encaminhasse ao presidente desta Casa, para que a primeira reunião aconteça na quinta-feira, depois de amanhã, às 13h30min. Peço, senhor presidente, que essa reunião seja, com sua anuência, na sala de reuniões da presidência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para esclarecer, é uma reunião da Comissão dos Aposentados com a Comissão da Assembleia, não tem o governo.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não. Essa primeira reunião é somente nossa, da comissão nomeada por Vossa Excelência, com os representantes dos aposentados. É a primeira reunião que nós teremos, quinta-feira, às 13h30min. Com sua anuência, presidente, será na sala de reuniões da presidência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está confirmado. Solicito, se puderem, que encaminhem o nome de quatro representantes, de preferência, de entidades sindicais, do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas para essa reunião, às 13h30min, na sala de reuniões da presidência, quinta-feira, dia 9.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Dia 9, quinta-feira.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Confirmada a reunião, deputado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público que nos prestigia, aqueles que nos assistem e quem nos ouve pela Rádio e pela TV Assembleia. Quero desejar uma boa semana a todos e a todas. Solicito à Mesa que seja encaminhado requerimento de informações ao comandante do Comando Militar do Oeste (CMO), general Luiz Fernando Estorilho Baganha, com cópia ao comandante do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Bela Vista, tenente-coronel Kenji Alexandre Nakamura, solicitando, com urgência, as seguintes informações: quais medidas estão sendo tomadas pelo Exército Brasileiro para apurar a morte do soldado Vinícius Ibanhez Riquelme, de dezenove anos, ocorrido no último dia 27 de abril, após sua participação em treino no Regimento de Cavalaria de Bela Vista, ocorrido entre os dias 22 a 26 de abril. Além do falecimento do jovem de dezenove anos, ainda há reclamação de cento e oitenta mães de recrutas que se uniram para denunciar que, ao menos, oitenta e nove soldados que estiveram no mesmo treinamento necessitaram de atendimento médico, após retornarem, sendo que três seguiam internados com desidratação severa, até ontem, dia 6, segundo divulgado pela mídia estadual. Indico à Mesa que seja enviado expediente ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, doutor Bitto Pereira, solicitando que a OAB, por meio de sua Comissão de Defesa de Direitos Humanos, realize acompanhamento das apurações sobre a morte do soldado Vinícius Ibanhez Riquelme, após sua participação em treinamento no 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Bela Vista. Indico à Mesa que seja enviado expediente ao procurador-geral de Justiça, Romão Avila Milhan Junior, solicitando que sejam realizadas investigações acerca de irregularidades no transporte de pacientes renais crônicos de Porto Murtinho, que é realizado pela prefeitura daquele município, em razão de reclamações feitas pelos usuários do transporte que denunciam viagens sendo realizadas por veículos em condições precárias, que funcionam com peças improvisadas, colocando em risco a vida dos pacientes que possuem apenas essa opção para se deslocarem à capital para tratamento. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro, para dizer a Vossa Excelência que esta Casa não pode se omitir dos fatos terrivelmente negativos que ocorreram no treinamento militar da unidade do Exército em Bela Vista. A história de que não passou de mera virose não é verdadeira. Tenho fotografia do corpo do menino que faleceu, com o rosto absolutamente desfigurado. A informação que tenho é que sofreram violência permanente, como treinamento por parte de um sargento, portanto, senhor presidente, na condição de deputado estadual preocupado com o que acontece em nosso estado, marquei para a próxima sexta-feira, às 9h, em Bela Vista,

para conversar com as famílias dos meninos que foram vítimas de violência no treinamento do Exército, para levar até as últimas consequências a apuração dos fatos que ocorreram e que resultaram na morte desse jovem de dezenove anos, filho do nosso estado. Em segundo lugar, senhor presidente, para dizer a Vossa Excelência, a esta Casa e a todos que, com certeza, acompanharam o resultado positivo que tive no julgamento do Superior Tribunal de Justiça em Brasília, com relação à ação que interpus contra os promotores que, usando das prerrogativas, vergonhosamente, mentiram a respeito da minha pessoa. Impuseram, Pedro Pedrossian Neto, doze ações cíveis, doze ações criminais, e derrubei todas por absoluta falta de prova. Eu sei, senhor presidente, que o Ministério Público vai recorrer à Suprema Corte, vou acelerar, na medida do possível, para que não seja aceita a protelação. Portanto, estou aguardando a publicação, na verdade, já foi publicada, quero executar a decisão, receber meu dinheiro do estado e exigir do governo do estado que faça ação regressiva para cobrar dos promotores, da patota comandada por Sottoriva, que indenizem o estado por aquilo que fizeram. Concomitantemente, senhor presidente, quero saber quem deu dinheiro para o Aldair Martins — um canalha que passou por aqui há muito tempo, que já morreu — comprar a gravação da moça, que hoje mora escondida, a mando de alguém, em uma cidade do Nordeste. Estou fazendo um levantamento e quero saber dessa moça. Quem banca as despesas dela no Nordeste? Quem pagou para ela gravar a fita mentirosa que originou os processos e, depois, quero saber qual o interesse que levou um político daqui, que já foi governador, procurar o Tribunal de Justiça para pedir a minha prisão, logo depois que saí do meu cargo de governador. Vou até as últimas consequências, senhor presidente, quero deixar claro para esta Casa, nem que eu tenha que buscar Sottoriva e seu "grupeiro" no inferno, porque é lá que eles vão estar! Vou buscá-los para que sejam penalizados e, se possível, colocados fora do Ministério Público, que é uma instituição séria e que merece respeito. Essa é a minha posição, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente. Primeiro, quero cumprimentar Vossa Excelência, por ter falado da situação catastrófica que vive o Rio Grande do Sul e assino embaixo de tudo que falou. Precisamos, mais do que nunca, neste momento, ter empatia com os nossos amigos do Sul. Quero cumprimentar todos os colegas presentes, nossos aposentados e aposentadas que vieram, mais uma vez, que têm a nossa solidariedade, o delegado André Matsushita e o doutor Ivan. Em nome deles, cumprimento os demais delegados presentes... E a Dani, presidente do Sinpap. Senhor presidente, apenas para encaminhar, com tristeza, uma moção aos familiares da nossa querida Patrícia Fabiane Ábrego, que trabalhou durante os dois primeiros mandatos do governo Reinaldo Azambuja na Sedhast, foi chefe de gabinete na época em que a Rose ficou como secretária. Grande amiga, há mais de vinte e cinco anos que, ao longo de oito anos, praticamente, lutando contra o câncer, passou por mais de dez ou doze cirurgias e, infelizmente, veio a falecer essa noite. Gostaria de encaminhar aos familiares da Patrícia, em decorrência do seu falecimento, acontecido ontem, nesta capital. Gostaria que fosse encaminhada nos seguintes termos: "O Parlamento sul-mato-grossense, através da iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, lamenta com profundo

pesar o falecimento de Patrícia Fabiana Ábrego e, no mesmo ato, solidariza-se com todos os seus familiares e amigos. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pesarosa, mas, resignada com a vontade de Deus, almeja que a compaixão divina esteja nos corações dos familiares e de todos os amigos que compartilharam da convivência fraterna dessa querida irmã e amiga que partiu do nosso convívio, mas, deixou um acervo riquíssimo de exemplos dignificantes". Manifestamos, portanto, senhor presidente, o nosso enlutado respeito e rogamos a Deus que traga o refrigério e a força da fé no meio de todos seus familiares. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Renato Câmara. Pedimos aos deputados para concentrarem no horário regimental.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente que nos assiste e nos acompanha, os aposentados, lutando pelos seus direitos, e toda a categoria dos delegados e delegadas. Já quero antecipar o meu apoio ao projeto de paridade de salário dessa categoria, que considero fundamental para o nosso estado. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a realização de uma vistoria técnica na ponte sobre o rio Ivinhema, na BR-376, entre os municípios de Ivinhema e Nova Andradina. Nessa localidade, bem no início da ponte, existe uma fenda que está causando um transtorno à comunidade. É um perigo! Que os técnicos, rapidamente tapem essa fenda, e possam fazer uma avaliação na estrutura da ponte do rio Ivinhema, para que não ocorra nenhum acidente. Indicação ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de fardamento completo e equipamentos de uso pessoal ao pelotão da Polícia Militar do município de Angélica. Fizemos várias perguntas, buscando alternativas em vários destacamentos, já pedimos para Dourados, já pedimos para Ivinhema e, agora, chegou a vez do município de Angélica, para que se possa priorizar essa estrutura, que é fundamental para dar condições aos nossos policiais militares. É o que tinha, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, gostaria de pedir à Mesa Diretora para indicar um membro da Frente Parlamentar em Defesa do Direito das Pessoas Idosas para participar das discussões sobre a questão dos aposentados, que é um tema que temos discutido na frente parlamentar. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, presidente e deputados. Só queria comunicar, deputado Renato Câmara, que, ontem à noite, eu havia conversado com o engenheiro Euro, do Dnit, a respeito do problema que tinha na cabeceira da ponte do rio Ivinhema, na BR-376, que liga Nova Andradina a Ivinhema. Ainda ontem à noite, o engenheiro Euro mandou para mim a foto que foi feita do reparo, porque, realmente, [a fenda] estava colocando em risco todos que ali transitavam. Era essa a colocação, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada da Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas e todos que se fazem presentes. Quero cumprimentar a Comissão dos Aposentados e também os nossos servidores que se fazem presentes nesta Casa e, em nome da Dani Bueno, presidente do Sinpap, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Tenho um requerimento para apresentar. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, após ouvido o colendo Plenário, que seja criada uma comissão destinada a implantar, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, um ponto de coleta de gêneros não perecíveis, arrecadados em todo o estado, com o objetivo de destinar as doações recebidas para os municípios afetados por tragédias climáticas no estado do Rio Grande do Sul. A comissão terá como objetivo arrecadar e organizar todos os materiais recebidos através de doações advindas de todo o estado de Mato Grosso do Sul. Necessário se faz que a Assembleia Legislativa disponibilize todos os seus meios e canais de comunicação para divulgar a campanha de arrecadação de doativos, para alcançarmos todos os municípios e distritos do estado de Mato Grosso do Sul. Seja através de sua assessoria de comunicação, redes sociais, Facebook, Instagram, dentre outros, todos voltados para divulgar a campanha de ajuda ao povo do Rio Grande do Sul. Essas doações deverão priorizar materiais de higiene e de limpeza, a maior necessidade do momento, como escova de dente, creme dental, sabonetes, desodorantes, absorventes íntimos, papel higiênico, fraldas, água potável, roupas, utensílios de cozinha e ração para animais. Recebidas as doações, todos os materiais serão repassados, através da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para a Defesa Civil, que será responsável pela entrega junto ao Ministério da Defesa, que dará o destino final, enviando-os ao estado do Rio Grande do Sul. Devemos ser solidários com o nosso povo sul-rio-grandense, neste momento de tanto sofrimento e devastação em muitos municípios, com a passagem do ciclone extratropical e fortes chuvas que ainda deixam cidades completamente destruídas. Todos nós, sul-mato-grossenses, devemos nos mobilizar através de uma ação de solidariedade para ajudar a população afetada pela maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul que, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, existe a previsão de continuação de chuvas e temporais, agravando ainda mais a situação, estendendo-se aos estados de Santa Catarina e Paraná. Senhor presidente, esse é o requerimento, para que seja analisada por esta Casa a possibilidade de se manter um lugar para receber esses

mantimentos e, posteriormente, mandá-los para a Defesa Civil, para, então, serem enviados ao estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, só para adiantar, vamos analisar o requerimento, mas, no início da Sessão, a gente já fez a manifestação de que já estamos em contato direto, institucionalmente, com os melhores caminhos e alternativas para contribuir. Está havendo muito esse tipo de coleta, na qual o transporte é mais caro e não se sabe como distribuir e para quem distribuir. [Não é a melhor opção] fazer coleta, assim, aleatoriamente. Vamos analisar o requerimento, mas, a princípio, vamos reunir, institucionalmente. O governador do estado está em contato direto com o governador do Rio Grande do Sul; a Assembleia, institucionalmente, vai fazer esse relacionamento para que haja uma organização, para não sair fazendo coleta e tornar esse processo mais caro; ou coletar e ter uma distribuição errônea. É melhor a gente conseguir uma coisa oficial, institucional, para contribuir com este momento do Rio Grande do Sul. Já fizemos essa manifestação no início da Sessão de hoje.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim, senhor presidente, eu ouvi a sua manifestação, é muito salutar, mas, seria a implantação de uma comissão que ficasse, realmente, responsável por essas coletas. Hoje está acontecendo no Rio Grande do Sul, mas, infelizmente, sabemos que, por conta de tudo que está acontecendo com os fatores climáticos, podem acontecer outros casos. Se tivéssemos uma comissão permanente para arrecadação, para os materiais saírem daqui para a Defesa Civil, porque eles estão à frente desse amparo e dessas ações emergenciais para atender o Rio Grande do Sul. Apenas uma sugestão para que possa ser analisada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para ratificar, a Assembleia não é contra fazer, desde que seja uma coisa institucional, já resolvida a questão da distribuição, o governo já está fazendo esse tipo de coleta, se, de repente, o próprio governo tiver a logística de distribuição organizada, eu não vejo problema. Vamos analisar isso, mas de acordo com a organização, pois não adianta estabelecer um ponto de coleta se não tiver como fazer o envio desses mantimentos ou daquilo que a gente tiver arrecadado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — É exatamente isso, senhor presidente! O senhor falou no início que, infelizmente, há pessoas, até golpistas, aproveitando-se desse momento. Entendo que algumas pessoas não sabem para onde enviar, entendeu? Acho que a Assembleia tem essa possibilidade e essa credibilidade; por isso, apresentamos o requerimento. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, pessoas que atendem a nossa Sessão na data de hoje. Senhor presidente, trago uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, com cópia ao vice-governador do estado,



José Carlos Barbosa, solicitando a realização de obras de recuperação e manutenção da ponte sobre o rio São João, localizado no município de Ponta Porã. Trata-se de um pleito encaminhado pelo produtor rural da região, senhor Peter Ferter, e pelo líder comunitário do distrito de Itahum, em Dourados, pastor José Gabriel de Matos, que relataram a atual situação da ponte localizada sobre o rio Jordão, na estrada vicinal que liga o assentamento Itamarati à rodovia MS-463, utilizada para transporte de cargas, maquinário e produção agrícola. A ponte tem cerca de trinta e cinco metros e, atualmente, tem estrutura de madeira e não comporta mais o tráfego de veículos e maquinários na região, necessitando, urgentemente, de uma ampla reforma de recuperação e posterior plano de manutenção, garantindo tráfego seguro no local em benefício dos municípios de Dourados e Ponta Porã. Era isso que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, venho aqui apenas para fazer uma questão de ordem a Vossa Excelência, fundamentado no artigo 171, uma vez que já apresentei requerimentos de solicitação de informações de contratos do governo do estado, nos quais, certamente, existem algum tipo de irregularidade, senão não teria nenhuma dificuldade para obter essas informações, seja através do Portal da Transparência ou por qualquer outro meio. Apresentei, no dia 9 de abril, o Requerimento nº 719 e, no dia 23 de abril, o Requerimento de Informações nº 703, da Cassems. Gostaria, apenas, que Vossa Excelência incluísse esses requerimentos na Ordem do Dia de amanhã, para que eles possam ser votados, uma vez que um foi no dia 9 de abril e o outro no dia 23 de abril. Obrigado, presidente. Era a minha questão de ordem.

PRESIDENTE (Deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente e nobres pares. Cumprimento os policiais civis que estão no nosso Plenário, os policiais militares e os aposentados do nosso estado também. Tenho uma indicação ao secretário de estado de Fazenda, para que ele informe se houve, por parte do Ministério Público Federal, uma recomendação para facilitar a abertura de inscrição estadual aos indígenas invasores que hoje ocupam áreas que se encontram em litígio fundiário. Existindo tal recomendação, requer-se que seja enviada uma cópia da referida recomendação. Senhor presidente, chegou ao nosso conhecimento que em uma área invadida em Mato Grosso do Sul, os indígenas conseguiram a inscrição estadual junto ao governo do estado, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, para que possibilitasse o cultivo agrícola por meio dessa inscrição estadual, podendo, inclusive, fazer o comércio daquilo que tiver sido colhido. É um absurdo! Estou solicitando ao secretário de Fazenda que informe se realmente houve uma recomendação do Ministério Público Federal. O que sinto, e o que vejo, é que se trata de uma ilegalidade, atingindo frontalmente o direito de propriedade, infelizmente, desses proprietários que tiveram suas terras invadidas por indígenas. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Cumprimento a todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças em nossa Sessão, em especial os aposentados, ex-servidores públicos. Quero parabenizar o deputado Paulo Duarte, já por iniciar novamente, reabrir esse processo de discussão, que eu acho extremamente importante, para atender aqueles que realmente tiveram ceifada parte de sua remuneração, em função do aumento da alíquota. Cumprimento, de modo especial, os senhores delegados que estão aqui, policiais civis, militares, porque sabemos da matéria que deu entrada nesta Casa, para atender a uma antiga reivindicação da categoria. Podem contar conosco na tramitação e na votação da matéria. Cumprimento, também, os técnicos agentes fazendários do Grupo Ocupacional TAF (Tributação, Arrecadação e Fiscalização), que também estão aqui para fazer uma reivindicação justa, em razão de um outro projeto que deu entrada nesta Casa e deve ser pautado para ser votado nesta semana. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino, solicitando adoção de procedimento para destinar auxílio para manutenção da instituição de longa permanência para idosos São Francisco de Assis, do município de Guia Lopes da Laguna, que se mantém com poucos recursos. O pleito encontra justificativa no anseio da população, solicitado por meio do vereador Tico. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, não há nenhum ser humano que não se sensibilize, ou não se sensibilizou, com a tragédia que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul. Acho que o posicionamento de Vossa excelência foi muito claro, até fiz um requerimento no mesmo sentido, por isso, vou deixar de lê-lo. Neste momento, todos nós temos a intenção de contribuir de alguma forma, de ver minimizada a situação dos nossos irmãos rio-grandenses-do-sul. Ontem, liguei para o Gabriel Souza, vice-governador e meu amigo pessoal, e o que ele disse vem ao encontro daquilo que foi apresentado por Vossa Excelência. Ele disse que a melhor forma de ajudar, neste momento... Eles abriram uma conta no Banrisul, coordenada pelo estado, obviamente, para receber as doações. De preferência, em dinheiro, porque toda a mobilização, por melhor que seja, de água, de mantimento, de roupa... A logística de transporte, para você encaminhar isso daqui para lá, às vezes é mais cara do que a própria doação que foi efetivada. Em função dessa conversa, acho que a atitude de convocar os poderes é salutar, para que nós possamos fazer uma união de esforços em nome de Mato Grosso do Sul. Conversei, ontem, com o presidente da OAB, doutor Bitto Pereira, e a instituição se colocou à disposição, e outras instituições também, para a somatória de esforços, porque Mato Grosso do Sul abriga milhares de sul-rio-grandenses, ou gaúchos, que, com certeza, têm suas famílias lá. É importante que possamos contribuir de uma forma consistente, de uma forma que atenda às necessidades emergenciais daquela população. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: seis indicações (Prot. nºs 01396/2024, 01397/2024, 01395/2024, 01392/2024, 01394/2024, 01393/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01398/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01419/2024, 01420/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01404/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01414/2024, 01413/2024, 01411/2024, 01412/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 01406/2024, 01405/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 01403/2024, 01402/2024, 01401/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 01429/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01428/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01427/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 01418/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 01421/2024, 01422/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01424/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01407/2024, 01409/2024, 01408/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 01417/2024, 01416/2024); um requerimento (Prot. nº 01415/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Ainda com tempinho, no Grande Expediente, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Está presente? Não. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, gostaria de inverter meu tempo com o deputado Caravina, que tem um assunto importante para falar com os delegados e os demais servidores da área de segurança pública. Segundo o deputado Caravina, vai precisar só de cinco minutos e como ele foi generoso conosco na sessão passada, ele me concedeu trinta, então, ele disse que cinco minutos são suficientes, mas, ele pode usar o tempo for necessário. Se sobrar, dentro dos 30%, que é regimental, gostaria de falar na sequência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como sempre, a gentileza dos deputados nesta Casa. Com a palavra, regimentalmente, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia, mais uma vez, a todos os presentes. Obrigado, deputado Rinaldo pela gentileza. Inicialmente, quero cumprimentar os colegas delegados de polícia: doutor André Matsushita, presidente da Adepol, representando a Associação dos Delegados de Polícia; doutor Ivan, representando a DGPC, nosso diretor do Departamento de Polícia Especializada; e os demais delegados aqui presentes. Cumprimento, também, o Barbosa, representando o Sinpol; e a Dani, representando o Sinpap, todos da carreira da Polícia Civil. Eu venho aqui a esta tribuna com muita alegria na data de hoje, senhor presidente, porque foi lido um importante projeto, aguardado já há muito tempo pelos policiais civis, e queria explicar um pouco para os colegas parlamentares e para todos que estão nos acompanhando. É o projeto que trata da integralidade e da paridade das aposentadorias dos servidores da carreira Polícia Civil. Só para vocês entenderem, a Constituição de 1988 estabeleceu uma aposentadoria diferenciada aos servidores da carreira Polícia Civil, principalmente, porque, essa atividade é penosa, insalubre e perigosa. A Emenda Constitucional nº 20/1998, incluiu o artigo 4º, no artigo 40 [sic],

fazendo referência à atividade de risco, permitindo, excepcionalmente, adoção de requisitos e critérios diferenciados para as atividades de risco à saúde e integridade física, que seriam definidas em lei complementar, como é o caso dos policiais civis. Com a emenda constitucional, em 2019, essa garantia de aposentadoria com integralidade e paridade... O que é isso? Integralidade é o salário integral quando se aposenta, tanto para os aposentados quanto para os pensionistas. Todos nós sabemos que a carreira policial, em razão desse risco, já existe levantamento sobre isso, um policial civil tem uma média de vida de sessenta anos, justamente por conta dessa atividade. A integralidade vem para garantir esse salário integral e a paridade, que era concedida normalmente, garante o mesmo salário para os aposentados e pensionistas. Com a emenda, em 2019, criou-se uma lacuna para aqueles que adentraram a Polícia Civil entre 2003 e 2019, isso vinha sendo discutido e criou-se essa interpretação equivocada, virou uma demanda judicial, e o STF entendeu, recentemente, e garantiu essa decisão da integralidade, disse que a paridade teria que ser feita através de lei complementar nos estados. Junto com os representantes das categorias que estão aqui, nós nos mobilizamos junto ao governador, para que essa situação fosse resolvida, para que essa lei complementar fosse editada e desse essa tranquilidade para a carreira da Polícia Civil. O nosso governador — quero agradecer ao governador Eduardo Riedel, agradecer ao secretário de Governo, Rodrigo Peres, ao secretário de Administração, Frederico Fellini, e todo o time da Polícia Civil que se mobilizou com relação a essa pauta — aportou, hoje, esse projeto, com a lei complementar, garantindo, definitivamente, para aqueles que entraram até 2019. Depois de 2019, a lei complementar altera os critérios e todo mundo já sabe a regra do jogo, mas, o que não dá é para a regra regredir no meio do jogo, não é? Tínhamos muitos policiais que estavam aguardando este momento para requerer a sua justa aposentadoria, agentes de polícia, investigadores, peritos papiloscopistas, peritos criminais e delegados de polícia. O governador encaminhou esse projeto e eu quero pedir, senhor presidente, a possibilidade de um acordo de líderes para que ele tramite com rapidez e essa garantia possa ocorrer agora, o mais rápido possível, dando uma tranquilidade e fazendo justiça aos nossos policiais civis, que exercem um trabalho brilhante em nosso estado. Os números mostram a eficiência e a dedicação dos nossos policiais para combater a criminalidade, na elucidação de crimes e com números importantes em relação às demais polícias do Brasil. Então, é com alegria que venho, neste Grande Expediente — deputado Professor Rinaldo, já vou liberar o tempo para Vossa Excelência fazer a sua explanação — pedir o apoio dos colegas na aprovação. Tenho certeza de que todos sabem da importância...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Conceda-me um aparte, deputado Caravina?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Caravina, gostaria de cumprimentar Vossa Excelência, bem como todos aqueles que contribuíram para que este projeto pudesse chegar à Assembleia Legislativa, trazendo um direito — que julgo extremamente importante — para aquele que dá a sua vida para proteger a sociedade. Acho que chega em boa hora e considerava, inclusive, que era um prejuízo extremamente significativo na vida do policial civil, de não contar com esse direito da paridade e da integralidade dos seus vencimentos. Então, faz-se justiça, cumprimento

Vossa Excelência e todas aquelas entidades da Polícia Civil que contribuíram para essa conquista. Pode contar com meu apoio e não tenho dúvida de que esta Casa não se furtará a votar, de forma unânime, esse direito, essa conquista para os policiais civis de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Coronel David, pela contribuição. Fiz o pedido à deputada Mara Caseiro, presidente da CCJR, para que se faça a distribuição desse projeto — amanhã tem reunião da CCJR — para que eu possa relatar, na comissão, o mais rápido possível, para que esse projeto seja votado na CCJR e encaminhado com o acordo de líderes, pedindo para o presidente, para que seja votado o mais rápido possível nesta Casa. Era isso, é um momento de alegria e de felicidade e deixar claro, vocês sabem, colegas policiais civis, que o nosso mandato está à disposição da categoria. Estou deputado estadual, mas sou policial civil, delegado de polícia aposentado, com muito orgulho. Todos aqueles assuntos que tramitem nesta Casa que venham a melhorar a vida funcional dos policiais civis e que venham a melhorar a segurança pública do nosso estado, vão ter o nosso apoio e a nossa parceria para que tramitem, que aconteçam, que sejam aprovados e se transformem em realidade em favor, especialmente, da nossa sociedade. No mais, era isso. Mais uma vez, muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não tenho dúvida desse empenho. Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Mais uma vez, bom dia, presidente, colegas e todos que prestigiam esta Sessão. Quero me colocar à disposição também. O deputado Coronel David falou da importância e, também, quero reafirmar e ratificar as palavras dele. A polícia do nosso estado — as forças de segurança pública, quer seja a Polícia Civil, a Polícia Penal, o Corpo de Bombeiro e a Polícia Militar — tem dado demonstrações inequívocas da sua competência, sobre a importância dessa pasta. Vemos, por exemplo, a elucidação de crimes. A Polícia Civil praticamente está em primeiro lugar no Brasil na elucidação de crimes contra a vida e a gente tem que ressaltar a importância disso. Portanto, não tenho dúvida de que esse projeto haverá de ser aprovado pelos vinte e quatro deputados. Senhor presidente, nesses últimos sete minutos, gostaria apenas de falar da nossa lei que instituiu, em nosso estado, a Semana de Combate à Pedofilia, na segunda semana de maio, fruto da Lei nº 3.707, de 13 de julho de 2009. Uma lei de nossa autoria, que trata de um dos piores crimes que se possa imaginar. Diria que esse crime seria a mãe de todos os outros, que é o crime cometido contra a criança, aquela que é indefesa, que não tem condições de se autoprotger. O pior é que isso acontece justamente — a grande maioria, possivelmente mais de 75% — no ambiente em que deveria ter a sua respectiva proteção, que é dentro do próprio lar. Apresentei esse projeto, porque, no meu primeiro mandato, eu me lembrei de um caso que aconteceu quando eu trabalhava no Hospital Universitário. Um bebê de apenas dez meses de vida que foi abusado e estuprado pelo próprio pai, pelo padrasto, aliás, e aquilo me chamou muita atenção. Foi um clima de terror no hospital e esse bebê ficou durante oito dias dentro do CTI e veio a falecer, perdeu a vida, e isso chocou não somente os médicos, mas os enfermeiros e todos que trabalhavam na área administrativa. Um crime que chocou Campo Grande, o estado e, por que não dizer, o nosso país. Apresentamos esse projeto de lei com o objetivo de



conscientizar a nossa população, de criar mecanismo para quando alguém souber de algo dessa natureza, possa fazer os devidos encaminhamentos. Fiz questão de entrar em contato com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública para a gente ver o que que já aconteceu aqui em Mato Grosso do Sul, apenas nesses primeiros meses do ano. De 2024 até 30 de abril — esse dado não é meu, é da Sejusp —, houve duzentos e sessenta e um casos de estupro envolvendo crianças de zero a onze anos; duzentos e vinte e dois casos na idade de doze a dezessete anos, ou seja, é um número absurdo! Se fosse apenas um caso já era motivo de repulsa, já era motivo de indignação, mas, em apenas quatro meses, duzentas e sessenta e uma crianças foram estupradas em nosso estado. Criamos — deputada Lia, já considere o aparte a Vossa Excelência, até porque o nosso tempo aqui é exíguo —, em nosso gabinete, uma equipe multidisciplinar com a presença de advogado, de assistente social, de psicólogo para trabalhar nas escolas, quer sejam públicas ou privadas, nas instituições, nas igrejas, para conscientizar a nossa população. Sabemos que não é fácil você detectar um crime dessa natureza, porque a criança fica oprimida pelo seu agressor que, às vezes, é o próprio pai, é o avô, é um tio, é o padrinho, é alguém da própria escola, como nós temos hoje professores presos em nosso estado por conta desse crime, temos religiosos presos, temos políticos presos por conta desse crime. Há o caso de um avô, de um vereador de Paranaíba, que chegou a ser presidente da Câmara de Vereadores, que abusou da sua própria neta. Deputado Zeca, Vossa Excelência que é avô, como eu, ele abusou da própria neta de nove anos de idade e está preso em nossa cidade há mais de dois anos. Isso é um crime horrendo e nojento, é preciso, sim, que a gente continue trabalhando na perspectiva de conscientizarmos, de detectarmos e fazer os encaminhamentos à polícia. A DEPCA tem feito um trabalho brilhante! Imagino, deputada Lia, como deve ser difícil... Quando conversei com a responsável pela delegacia... Olha, você tem que ter um grau da psicologia, o seu psicológico tem que estar muito bem preparado, porque, geralmente, quem não tem um filho, tem um neto, ou tem alguém a quem você quer o bem... Um menor indefeso que, infelizmente, acaba sendo presa fácil desses que deveriam dar o amor, a proteção e acabam sendo o algoz. Ouço Vossa Excelência, concedo-lhe o aparte.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, deputado, presidente Gerson Claro, membros da Mesa Diretora, nobres colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis e pela TV e Rádio Assembleia. É bastante pertinente, deputado Rinaldo, esse tema vir à tona na Assembleia Legislativa. Quero dizer que nós estávamos com representantes da Polícia Civil, que tem feito um excelente trabalho em Mato Grosso do Sul, elucidando vários casos, e o Sigo, setor de investigações gerais, é considerado em Mato Grosso do Sul como um dos que mais esclarece crimes. Agora, esse é o crime que nos causa repulsa, indignação, porque, normalmente, essas crianças são violentadas no âmbito das suas casas, quer dizer, por quem deveria cuidar, deveria zelar, deveria abrigá-las, acolhê-las. Normalmente, esses crimes são praticados nesses ambientes ou por pessoas próximas. Eu me recordo, deputado Professor Rinaldo, fui repórter policial durante mais de vinte anos, normalmente, quando esse crime surgia em nossas coberturas, era algo que nos tirava o chão; como mãe, ver uma criança passar por isso, dói demais! Tivemos casos, em Mato Grosso do Sul, de bebês! Não estamos nem falando de crianças, mas, de bebês que foram violentados, que perderam a vida pela violência. Isso é inadmissível! Mato Grosso do Sul tem que avançar muito nesse quesito, com políticas públicas e leis como essa, este Parlamento é fundamental para isso, para que a gente traga conscientização,

para que as crianças, mesmo na escola, sejam multiplicadoras, porque, quando uma criança fala, quando ela ouve algo na escola e repassa para os pais, eles vão ter uma visão mais ampla daquela problemática. Então, sua lei vem, realmente, para que a gente possa conscientizar por meio de ações preventivas, educativas e, também, ações de combate a esse tipo de crime, que é inadmissível. Só gostaria de pontuar, deputado, que creio ser bastante oportuno a gente falar, quando a gente fala de pedofilia, de crimes contra crianças, temos que lembrar a questão da nossa população indígena, porque, infelizmente, muitos desses casos ainda ocorrem nas aldeias, mas, infelizmente, ainda existe aquele dito, de que isso faz parte da cultura indígena. Não! Isso não faz parte da cultura indígena! Assim como ocorrem nas cidades, nas aldeias também ocorrem crimes contra as crianças e nós precisamos protegê-las. Quero parabenizar, não sei se o deputado Coronel David está aqui, mas foi ele que trouxe para este Parlamento uma outra lei, que combate esse crime, que é nojento, é inadmissível, que foi aquele cadastro dos pedófilos condenados em Mato Grosso do Sul. Então, creio que todas essas ferramentas vêm para ajudar o estado a combater esse tipo de crime que, como pais e mães, não podemos admitir. Vamos salvar as nossas crianças. Parabéns pela fala, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Agradeço e incluo o aparte de Vossa Excelência em meu pronunciamento. Terminamos o nosso tempo e quero deixar alguns telefones para você, que está nos assistindo e nos ouvindo, através da TV e Rádio Assembleia, para fazer as denúncias: o Disque 100, que é um número nacional; o Disque 190, que é da Polícia Militar; e o 3323-2500, da delegacia que cuida especificamente desses casos, a DEPCA. Parabenizo toda a equipe dessa delegacia, que trabalha na defesa e protege a vida daqueles que, realmente, mais necessitam. Que Deus dê a essa equipe saúde emocional para lidar com a situação tão difícil como esta. Também, o telefone da DEAM: 4042-1324. Há os Conselhos Tutelares, o Cras e Ministério Público. O número do nosso gabinete é 3389-6352, a nossa equipe multidisciplinar está à disposição para fazer palestras para conscientizar a população do nosso estado. fiz questão, senhor presidente, finalizando, só para lembrar da nossa Lei nº 3.707, de 13 de julho de 2009, que instituiu a segunda semana de maio como semana de combate a esse crime tão terrível, que entristece a todos, homens e mulheres de bem. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e quatro deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 012/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, nos termos que especifica. O IPVA devido por proprietário ou possuidor, com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, síndrome de down ou autista, definida no regulamento, fica reduzido de 60%, relativamente ao veículo automotor que se destine

exclusivamente ao seu uso". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Para declaração de voto, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente! Só para poder... Na verdade, não vou nem declarar, porque já declarei anteriormente, mas, só gostaria, presidente, de agradecer aos nobres deputados que aprovaram esse projeto na primeira e segunda votação e agora na redação final. Quero dizer da satisfação que estou tendo aqui, hoje, e da importância da Assembleia Legislativa. Desde que esse projeto de lei entrou em discussão — quero agradecer ao meu colega de partido e meu vizinho de bancada, deputado Pedro Caravina, que foi o relator e teve sensibilidade nesse projeto —, tenho recebido manifestações de mães de autistas. Um caso que chegou agora há pouco, de uma mãe de Dourados, mãe de quatro filhos. São quatro crianças autistas e ela falando da importância disso, é o único carro que ela tem e que, agora, sabe que terá um desconto; na verdade, esse desconto já era concedido pelo governo do estado, mas, era tão somente para o proprietário do carro, no caso, a pessoa com deficiência. Agora, o pai, ou o responsável, vai ter essa facilidade; é uma forma de desburocratizar, de dar acesso a essas famílias que precisam levar essas crianças, jovens ou adolescentes para as sessões de psicologia, terapia, fonoaudiologia, enfim, é um avanço muito grande. Quando a gente fala de um parlamento humano e sensível, a gente fala de projetos de lei como esse aqui; então, a partir de agora vai ser lei em Mato Grosso do Sul, é um ganho para todos os pais de crianças atípicas. Obrigada pelo apoio de todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados. Solicito ao vice-presidente que assuma a presidência, porque vou receber o projeto de revisão geral anual dos nossos servidores, da data-base de maio, lá na presidência. Enquanto isso, a Sessão pode continuar. Deputado Renato Câmara, por favor.

Projeto de Lei nº 012/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 066/2024. Autor: deputado Renato Câmara. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Toca de Assis, localizada no município de Dourados". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 066/2024, de autoria do deputado Renato Câmara.



Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 049/2024. Autor: Poder Judiciário. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, para a criação da gratificação do depoimento especial, com o intuito de conceder essa bonificação aos servidores que realizam esse tipo de ato, sendo uma medida de reconhecimento e valorização do trabalho dos correspondentes auxiliares da Justiça". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 049/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA CLEICE JANE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Resolução nº 101/2023. Autores: deputados Junior Mochi, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Coronel David, Gerson Claro, João César Mattogrosso, Lidio Lopes, Marcio Fernandes, Paulo Corrêa, Professor Rinaldo, Rafael Tavares e Zé Teixeira. "Altera os parágrafos 2º e 3º, do artigo 112 do Anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (Rial) —, para aumentar o número de Sessões Solenes e de indicações para honrarias. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão Especial de Reforma do Regimento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 101/2023, de autoria do deputado Junior Mochi e outros.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).



Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA CLEICE JANE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, na semana passada, apresentei uma moção de congratulação endereçada à coronel Neide Centurião, que é subcomandante-geral da Polícia Militar, pelo fato de ter impedido um assalto à casa dela e ter refutado a agressão que era iminente por parte da marginal. Os deputados decidiram por fazer uma moção de congratulação pela Casa e ela se encontra na sala reservada dos deputados. Gostaria de pedir a Vossa Excelência a possibilidade de fazermos a entrega da moção antes de o senhor continuar com Sessão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Assim que encerrar a votação, nobre colega, vou suspender a Sessão para atender a sua solicitação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Do Item 5, gostaria de pedir vista do Protocolo nº 1.380/2024, moção de apoio. Vista pelo prazo regimental, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nobre colega, deputado João Henrique, poderia repetir o número do projeto?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, é uma moção de apoio, a única moção de apoio do Item 5, mas é a nº 1.380/2024, salvo engano. Guardei a minha Ordem do Dia, já olho aqui. É nº 1.380/2024, é o último item da pauta, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Acatado o pedido de vista. Passemos ao último item. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Sete requerimentos, quarenta e uma indicações, uma moção de aplauso, uma moção de apoio — a moção de apoio foi retirada para vista —, sete moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de



pesares. Em discussão única e votação simbólica. Moção de pesar, proposta pelos deputados João Henrique, Pedrossian Neto, em coautoria com o deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Valdir Norberto Darós. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Flávio Trevisan Simões. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Neste momento, suspendo a Sessão para o encaminhamento da moção de aplauso, pelo deputado Coronel Davi e demais deputados. Está suspensa a Sessão (11h18min). Declaro reaberta a Sessão (11h21min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Avocando a proteção de Deus e nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (11h22min).